

## MICROFÍSICA DOS PODERES E MICROPOLÍTICA DOS DESEJOS.

Félix Guattari.\*

Tendo obtido o privilégio de ver retomar por Michel Foucault uma proposição que eu tinha lançado um pouco por provocação, decretando que os conceitos não eram, no fim das contas, senão ferramentas, e as teorias o equivalente de caixas contendo-as – sua potência não podendo exceder os serviços que prestavam em campos delimitados, por ocasião de sequências históricas inevitavelmente limitadas -, vocês não ficarão espantados de me ver hoje vasculhar o aparato conceitual que ele nos legou, para tomar emprestado alguns de seus instrumentos, e quando for o caso, desviar o seu uso ao meu bel-prazer.

Tenho aliás a convicção de que foi sempre assim que ele pretendia que nos servissemos de sua contribuição.

Não é por uma prática exegética que se pode esperar manter vivo o pensamento de um grande falecido, mas somente por sua retomada e seu relançamento em ato, com os riscos e perigos daqueles que se expõem a isso, para reabrir seu questionamento, e para lhe trazer a carne de suas próprias incertezas.

Cabe a vocês relacionar a banalidade dessa primeira proposição, ao gênero difundido da homenagem póstuma! Num de seus últimos ensaios, tratando da economia das relações de poder, Michel Foucault rogava a seu leitor não se deixar chocar pela banalidade dos fatos que relatava: “Não é porque eles são banais, escrevia ele, que eles não existem. O que é preciso fazer com fatos banais é descobrir – ou tentar descobrir, qual problema específico e talvez original se liga a eles” (M.R, p. 299). Pois bem, eu creio que o que é bastante raro, e que se presta talvez à descoberta, no modo pelo qual o pensamento de Michel Foucault é chamado a sobreviver, é que ele abraça, melhor que nunca, as problemáticas mais urgentes de nossas sociedades a respeito das quais, até uma nova ordem, nada foi avançado de tão elaborado, e sobre as quais todos os modos inabituais dos pós-modernismos e dos pós-politismos já caducaram.

O essencial da *démarche* de Foucault consistiu em se destacar conjuntamente de um ponto de partida que o levava em direção a métodos de interpretação

hermenêutica do discurso social, e de um ponto de chegada que teria podido ser uma leitura estruturalista, fechada sobre si mesmo desse mesmo discurso. É na Arqueologia do Saber que ele devia proceder a essa dupla conjuração. É aí que ele explicitamente se desligou da perspectiva, que foi inicialmente a sua em História da Loucura, proclamando que não era mais questão para ele “de interpretar o discurso para fazer através dele uma história do referente” (A.S., pp. 64-67), e que ele pretendia, doravante, “substituir ao tesouro enigmático das ‘coisas’ diante do discurso, a formação regular dos objetos que se desenham apenas nele”.

Essa recusa de fazer referência ao “fundo das coisas”, essa renúncia às profundidades do sentido, é paralela e simétrica à posição deleuziana de rejeição do “objeto das alturas” e de toda posição transcendental da representação. A horizontalidade, uma certa “transversalidade”, resultante de um novo princípio de contigüidade-descontinuidade, pareceu então dever se impor contra a tradicional estação vertical do pensamento. Destaquemos que é por essa mesma época que ocorreram tumultuosos questionamentos das hierarquias opressivas de poder, tanto quanto a descoberta de novas dimensões vividas da espacialidade: as cambalhotas dos cosmonautas ou um novo tipo de trabalho no solo nos dançarinos, particularmente com o impulso do Buto japonês.

Renunciar à “questão das origens” [1], extrair para análise “um espaço branco, indiferente, sem interioridade nem promessa” (A. S., p. 54), sem cair entretanto no ardil de uma leitura achatada em termos de significante: isso se torna o novo programa de Michel Foucault.

Em 1970, por ocasião de sua lição inaugural no Collège de France, ele lançará a este respeito uma espécie de advertência solene: “O discurso se anula em sua realidade pondo-se na ordem do significante” (O.D., p. 51).

É que, com efeito, após um tempo de hesitação, ele chegou a considerar como perniciosa toda démarche estruturalista, consistindo em “tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes remetendo à conteúdos ou a representações)”: estes discursos, ele pretende apreender sob o ângulo de “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos”. E ele

acrescenta: “Certamente, os discursos são feitos de signos; mas o que eles fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse excedente que os torna irreduzíveis à língua e à fala” (A.S., p. 66-67). Saída então do gueto do significante, a vontade afirma-se ao levar em conta a dimensão produtiva da enunciação. Mas esse “excedente”, que está aqui em questão, de que é constituído? Trata-se de uma simples ilusão subjetiva? Vai em direção a um “já-ai”, ou de um processo em curso de desdobramento? Sem dúvida não há resposta geral a essas questões. Cada cartografia, regional ou global, segundo seja levada por pretensões ideológicas, estéticas ou científicas, define seu próprio campo de eficiência pragmática, e é bem evidente que uma renúncia, como aquela de Foucault, aos mitos reducionistas que têm geralmente curso nas ciências humanas, não poderia ser sem incidência sobre as questões políticas e micropolíticas relativas, por exemplo, às relações médicos-pacientes, aos papéis respectivos dos especialistas *psi*, às posições ocupadas por esse domínio *psi* no seio da universidade, nas preocupações *mass-mediáticas*, as hierarquias entre os corpos de Estado, etc. Desvalorizando, como fizeram, a parte imaginária do real em benefício exclusivo de sua parte simbólica, os estruturalistas franceses dos anos sessenta fundaram, de fato, uma espécie de religião trinitária do Simbólico, do Real e do Imaginário, da qual se viu os missionários e os prosélitos se difundirem por toda parte, pregando uma nova boa palavra, buscando invalidar, brutalmente, ou algumas vezes muito sutilmente, toda perspectiva escapando a sua vontade hegemônica. Mas, sabe-se bem que nenhuma trindade, ainda que aquela impressionante, de sua realização hegeliana, ou aquela de uma riqueza ainda largamente inexplorada, de Charles Sanders Peirce, jamais pôde, nem poderá jamais, dar conta de um existente singular, de uma simples ferida numa carga de desejo. E pela boa razão, se se reflete bem, de que elas são precisamente constituídas para conjurar as rupturas aleatórias, os fatos de raridade de que Michel Foucault nos explica que são a trama essencial de toda afirmação existencial. “Raridade e afirmação, raridade, finalmente, da afirmação e não generosidade contínua do sentido e não monarquia do significante”. [2] Enfim, o real da história e do desejo, as produções de alma, de corpo e de sexo, não passam por esse gênero de tripartição, finalmente, antes de tudo, simplista [3]. Eles implicam uma outra multiplicação categorial dos componentes semióticos, operando sobre cenas imaginárias ou a

título de diagramas simbólicos. A irradiação do conceito-valise de significante, a colocação no museu do adágio lacaniano, como se só o significante devesse representar o sujeito para um outro significante, vão de par com uma recolocação em questão radical da tradição filosófica do “sujeito fundador” (O.D., p. 49), Michel Foucault recusa a concepção de um sujeito que seria reputado “animar diretamente com suas visadas as formas vazias da língua”; ele quer se consagrar, por seu lado, à descrição das instâncias reais de engendramento da discursividade dos grupos sociais e das instituições. E isso leva à descoberta do continente, até então quase desconhecido, das formas de produção coletivas e das modalidades técnicas de agenciamento da subjetividade. Não no sentido de uma determinação causalista, mas com a *rarefação e/ou proliferação* dos componentes semióticos na interseção das quais ele surge. Por detrás da “logofilia” aparente da cultura dominante, ele analisa uma profunda “logofobia”, uma vontade obstinada de domínio da “grande proliferação dos discursos, de maneira que sua riqueza seja aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem seja organizada segundo figuras que esquivam o mais incontrolável”, e um medo surdo contra o surgimento dos enunciados, dos acontecimentos, contra “tudo que pode haver aí de violento, de descontínuo, de batalhador, de desordem também e de perigoso, contra esse grande munnurinho incessante e desordenado do discurso” (O.D., pp.52-53).

Pode-se distinguir duas vertentes sobre as quais Michel Foucault considera que a subjetividade que ele explora escapa às abordagens reducionistas que ocupam um pouco por toda parte o topo do pavimento:

1. Aquela de uma reterritorialização conduzindo à colocação à luz de seus componentes de semiotização institucional, que a carregam de história e de contingência acontecimental – é nesse nível que ela se distingue de todas as variantes

de estruturalismo.

2. Aquela de uma desterritorialização que a revela como criadora de “alma real e incorporal” segundo uma fórmula lançada em *Vigiar e punir*, conotada por uma precaução humorística: “Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão ou um

efeito ideológico. Mas antes que ela tem urna realidade, que ela é produzida permanentemente em torno, na superfície, no interior dos corpos ... ” (S.P., p. 34). Estamos aqui no registro de um “materialismo do incorporal” (O.D., p. 60), tão afastado quanto possível das formas congeladas das interpretações hermenêuticas, quanto dos logros de um certo “imaterialismo” na moda.

Trata-se, então, doravante, de escapar através de uma prática analítica – isso que ele chama um “discurso como prática” – às instâncias de dominação assujeitantes a qualquer nível que seja de sua instauração. “Nos é necessário promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que se nos impôs durante vários séculos”, reafirma ainda numa entrevista com Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, e que parece constituir uma espécie de testamento (M.F., pp. 301-302). Ele torna cuidado de seriar as condições permitindo avançar em direção a uma nova economia das relações de poderes. As lutas de transformação da subjetividade, precisa ele, não são simples formas de oposição à autoridade; elas são caracterizadas pelo fato:

1.de que são “transversais” (ou seja, para Michel Foucault, que elas saem dos quadros de um país particular);

2.de que se opõem a todas as categorias de efeitos de poder, àqueles, por exemplo, que se exercem sobre o corpo e a saúde, e não somente àqueles que são aferentes às lutas sociais visíveis”;

3.de que são imediatas, nesse sentido de que visam às formações de poder mais próximas e que elas não se remetem a hipotéticas soluções a termo, como aquelas que se pode achar nos programas de partidos políticos;

4.de que põem em causa o estatuto do indivíduo normalizado e afirma um direito fundamental à diferença (de modo algum incompatível, aliás, com alternativas comunitárias);

5.de que visam aos privilégios do saber e sua função mistificadora;

6.de que implicam uma recusa das violências econômicas e ideológicas de Estado e de todas as suas formas de inquisição científicas e administrativas.

Através dessas prescrições, vê-se que o deciframento das “tecnologias políticas do corpo”, da “microfísica dos poderes” (S.P., p.31) e da “polícia discursiva” (O.D., p. 37), proposta por Michel Foucault não consiste numa simples demarcação contemplativa, mas implica o que eu chamei uma *micropolítica*, uma análise molecular nos fazendo passar das formações de poder aos investimentos de desejo.

Quando ele fala de desejo, o que faz em muitas retomadas em sua obra, faz sempre numa acepção muito mais restrita do que aquela que eu mesmo e Gilles Deleuze demos a esse termo. Mas pode-se notar que sua concepção muito particular de poder tem por consequência de “estendê-lo”, se posso dizer, em direção do desejo. É assim que ele trata do poder como de uma matéria que releva de um investimento, e não de uma lei do “tudo ou nada”. Durante sua vida, Michel Foucault recusou encarar o poder como uma entidade reificada. Para ele, as relações de poder e, por via de consequência, as estratégias de luta não se resumem nunca a ser apenas simples relações de forças objetivas; elas engajam os processos de subjetivação nisso que eles têm de mais essencial, de mais irreduzivelmente singular e se reencontrará sempre nelas” a rebeldia do querer e a intransitividade da liberdade” (M.F., pp. 312-315).

O poder não se aplica então “pura e simplesmente como uma obrigação ou uma interdição, aos que ‘não têm’; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, assim como eles, em sua luta contra ele, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança” (S.P., pp. 31-32).

A isso eu acrescentarei que, apesar de nossas diferenças de pontos de vista, digamos de “enquadramento de campo”, me aparece que nossas problemáticas de singularidade analítica se recobrem. Mas, antes de me deter sobre esse ponto, eu gostaria de fazer uma nota de ordem mais geral relativa a nossa contestação comum das teorias lacanianas e perilacanianas, para sublinhar que ela jamais foi resultante de uma negação neopositivista ou marxista da questão do inconsciente. Michel Foucault, em sua *História da sexualidade*, pôs em relevo o caráter decisivo da demarcação que o freudismo operou em relação a isso que ele chamou “o conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência”. como núcleo sólido das tecnologias do sexo da virada do último século (H.S., I, pp.157-

197-198). E no que concerne a mim e a Gilles Deleuze, deve-se lembrar que é em nome da reconstrução de uma verdadeira análise, que nós nos insurgimos contra a pretensão dos lacanianos de erigir uma lógica universal do significante como correspondendo, não somente à economia da subjetividade e dos afetos, mas igualmente a todas as outras formas de discursividade relativas à arte, ao saber e ao poder.

Retornemos ao traço que nos vincula, talvez o mais essencialmente, a Michel Foucault, a saber, uma comum recusa de expulsar as dimensões de singularidade do objeto analítico e de seus procedimentos de elucidação: “O tema da universal mediação, escreve ele, é uma maneira de elidir a realidade do discurso. E isso apesar da aparência. Pois parece à primeira vista que, a reencontrar por toda parte o movimento de um *logos* que eleva as singularidades até o conceito, e que permite à consciência imediata desdobrar finalmente toda racionalidade do mundo, é efetivamente o próprio discurso que se põe no centro da especulação. Mas esse *logos*, para dizer a verdade, não é de fato senão o discurso já sustentado, ou antes, são as coisas mesmas e os acontecimentos que se fazem insensivelmente discursos, desdobrando o segredo de sua própria essência” (O.D., pp. 50-51). Essa reintegração da singularidade repousa, em Michel Foucault, sobre sua concepção muito particular de enunciado, que não representa mais uma unidade do mesmo gênero que a frase, a proposição ou o ato de linguagem, e que, por conseguinte, não pode mais funcionar a título de segmento de um *logos* universal compartimentando as contingências existenciais. Seu impulso não é mais somente aquele de uma relação de significação, articulando o significante e o significado, e de uma relação de denotação de um referente, mas é também uma capacidade de produção existencial (que, em minha própria terminologia, chamei “função diagramática”). O enunciado foucaultiano, em seu modo de ser singular, não é nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material. E, entretanto, ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ou ato de linguagem. “Não é uma estrutura [...] é uma *função de existência* que pertence

propriamente aos signos, e a partir da qual se pode decidir em seguida, pela análise ou intuição, se fazem sentido ou não [ .. ]” (A. S., pp. 114-115). Essa

encruzilhada entre a função semiótica de sentido, a função denotativa, e essa função pragmática de “colocação em existência” não é, precisamente, aquela, em torno da qual girou toda experiência psicanalítica, com seus índices sintomáticos, suas palavras de espírito, seus lapsos, seus “umbigos do sonho”, seus atos falhos, suas formações fantasmáticas e comportamentais crispadas sobre sua própria repetição existencial, vazia de sentido, pelo menos de um sentido paradigmaticável nas coordenadas das significações dominantes? Que seja através dos “discursos” dos equipamentos coletivos (por exemplo, hospitalares ou penitenciários), através das marcações dos corpos e da sexualidade, que seja através da história da emergência das figuras da razão e da loucura, ou ainda através dos universos maquímicos de um Raymond Roussel (R.R., p. 120), a busca primeira de Michel Foucault

sempre foi aquela das falhas do discurso, das rupturas de sentido da linguagem ordinária ou da discursividade científica, seu objetivo sempre foi o de chegar à cartografar as “séries lacunares entrelaçadas, os jogos de diferença, de defasagem, de substituição, de transformação de são portadores” (A.S., p. 52). Ele não aceita como evidente o caráter “pleno, serrado, contínuo, geograficamente bem recortado” dos domínios constituídos pelas grandes famílias de enunciados. A seguir Michel Foucault sobre esse terreno, tem-se algumas vezes o sentimento de não se estar muito longe da lógica dissidente do processo primário freudiano” Mas sobre dois pontos, entretanto, aquele da singularidade de que já tentei sublinhar a importância, a perspectiva difere profundamente.

Não se deve nunca esquecer, com efeito, que Michel Foucault empreendeu dismantelar de todas as maneiras possíveis a falsa evidência da individuação da subjetividade. Eu evoquei a função assujeitante da individuação social- o que ele chama o “governo pela individuação” – que, ao mesmo tempo, isola e singulariza (M.F., p. 302), e que, pelo viés de um olhar sem rosto, “transforma todo corpo social num campo de percepção: milhares de olhos voltados por toda parte, atenções móveis e sempre despertas, uma longa rede hierarquizada ... ” (S.P., p. 216). Mas essa função não é necessariamente exercida por um operador social de contorno bem circunscrito, por exemplo, por uma casta estatal

ou um estado maior da racionalidade. Ela pode engajar uma intencionalidade sem sujeito (H.S., I, p.124-125), operando a partir de “superfícies e inscrições coletivas” (A.S. p. 56). O controle panóptico, por exemplo, conduz ao assujeitamento tanto daquele que é olhado, quanto daquele que olha; é uma maquinaria da qual ninguém é titular, onde “todo mundo está preso, tanto aqueles que exercem o poder, quanto aqueles sobre quem o poder se exerce” (P.). De Um modo mais geral, deve-se considerar que não existe enunciado – no sentido foucaultiano – que seja livre, neutro e independente. Todos são sempre parte integrante de um jogo associativo; eles se recortam sempre no interior de um campo enunciativo (A.S., p. 130).

Essa perspectiva o conduz igualmente a rever o estatuto de autor ao nível dos mais simples procedimentos de delimitação e de controle do discurso. O autor não deve estar identificado com o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto; é um “princípio de agrupamento do discurso” – o que eu chamei, por meu lado, um agenciamento coletivo de enunciação – que lhe confere sua unidade, seu signo, sua significação como foco de sua coerência (O.D., p. 28).

O ângulo sob o qual Michel Foucault posiciona a questão das singularidades existenciais constitui igualmente uma demarcação, potencial mas decisiva, com a maneira freudiana de abordar as formações do inconsciente, ou do “impensado”, segundo a terminologia inspirada por Maurice Blanchot. A individualidade, irradiada como se viu, não é mais necessariamente sinônima de singularidade. Ela não pode mais ser concebida como um irreduzível ponto de escape aos sistemas da relação e da representação. Mesmo o *cogito* perdeu seu caráter de evidência apodítica para tornar-se, de algum modo, processual; é agora “uma tarefa incessante que deve sempre ser retomada” (M.C., p. 335). A singularidade se faz ou se desfaz ao sabor da tomada de consistência subjetiva da discursividade coletiva e/ou individual. Digamos, para retomar as coisas no quadro de nossas próprias categorias, que ela releva de um processo de singularização na medida em que se faz existir como agenciamento coletivo de enunciação. Para esse fim, ela poderá também se encarnar através de um discurso coletivo tanto quanto se perder uma individuação serializada. E mesmo quando ela disser respeito a uma entidade individuada, poderá continuar a

relevar multiplicidades processuais. Que não se pense, entretanto, que se tornando fragmentária, precária, se destacando de seu espartilho identitário, ela seja necessariamente conduzida a se empobrecer ou a se enfraquecer: ao contrário, ela se afirma. Pelo menos, é a orientação micropolítica da “*analítica da finitude*” que nos propõe Michel Foucault, em ruptura completa com a analítica das representações oriundas da tradição kantiana. Seria então um contra-senso maior querer circunscrever sua perspectiva a um único tipo de intervenção global de desassujeitamento dos conjuntos sociais; trata-se também e antes de tudo de uma micropolítica da existência e do desejo.

A finitude não deve ser suportada na resignação como uma falta, uma carência, uma mutilação ou uma castração: ela é afirmação, engajamento existencial [5]. Todos os temas disso que se poderia chamar o existencialismo foucaultiano, se atam assim sobre esse ponto de balança entre a representação semiótica e pragmáticas de “existencialização” que levam as micropolíticas do desejo a se porem em adjacência às microfísicas do poder, segundo procedimentos específicos. Cada um dentre eles pede para ser reinventado ponto a ponto, caso a caso, o que os aparenta a uma criação artística. A contribuição imensa de Michel Foucault consistiu na exploração de campos de subjetivação fundamentalmente políticos e micropolíticos que nos indicam vias de afastamento dos pseudo-universais do

freudismo, ou dos maternais do inconsciente lacaniano. A partir dos métodos que ele enunciou, dos ensinamentos que se pode tirar da história de sua vida intelectual e pessoal, e também da qualidade estética de sua obra, ele nos legou insubstituíveis instrumentos de cartografia analítica.

## NOTAS

1. Ver igualmente o tema do “enlabirintamento da origem” em Raymond Roussel, R.R., p. 204.
2. O.D., p. 72. Nessa mesma época, nós nos insurgimos, por nosso lado, contra o que chamávamos “o imperialismo do significante”. Simples nuance de imagem? Ou prevalência, talvez, em Michel Foucault, do papel

desempenhado pela “idade clássica” nessa tomada de poder do significante sobre o poder, enquanto nós púnhamos o acento sobre suas dimensões capitalísticas mais avançadas.

3. Quanto à produção de domínios de objetos, ver O.D., p. 71; aquela dos acontecimentos: O.D., p.61; aquela da alma: S.P., p. 34; aquela do sexo: H.S., I, p. 151, etc.
4. Se se quer levar a sério a afirmação de que a luta está no coração das relações de poder, é preciso se dar conta de que a brava e velha “lógica da contradição não basta, longe disto, para desbastar os processos reais”, *O panóptico*, p. 30
5. M.C., pp. 325-329. Sobre esse ponto, só posso remeter à excelente análise de Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, M.R, pp. 47-53.

## **LISTA DAS ABREVIações DOS TÍTULOS CITADOS**

A.S.: *A Arqueologia do saber*, Paris, Gallimard, 1969.

H.R: *História da loucura na Idade Clássica*, Paris, Gallimard, 1976.

H.S.: *História da sexualidade*. 1. *A Vontade de Saber*, Gallimard, 1976.2. *O uso dos prazeres*, Gallimard, 1984.

C.: *As Palavras e as coisas*, Paris, Gallimard, 1966.

M.R: Michel Foucault. *Um percurso filosófico*, por Hubert Dreyfus e Paul Rabinow, com uma entrevista e dois ensaios de Michel Foucault, traduzido do inglês por Fabienne Durand-Bogaert, Paris, Gallimard, 1984.

O.D.: *A Ordem do discurso*, Paris, Gallimard, 1971.

P.: *O panóptico*, Jeremy Bentham, precedido de “O olho do Poder”, entrevista com Michel Foucault, Paris, Belfond, 1977.

R.R.: *Raymond Roussel*, Paris, Gallimard, 1963.

S.P.: Vigiar e punir, Paris, Gallimard, 1975.

\*Originalmente publicado em: 1980-1985: Les Années d'Hiver. Paris: Bernard Barrault Ed., 1986 (pp. 207-222. Tradução: Bruno Holmes Chads & PernancW Ribeiro.

\*\*Versão em português publicada em: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco (Org.). Foucault Hoje. Rio de Janeiro. 7Letras, 2007.